

Neoliberalismo e subjetividade: O individualismo que adocece e inventa curas

Ricardo Biz¹, São Paulo

Resumo: O autor aborda as modificações da subjetividade que vêm ocorrendo desde a chamada modernidade, enfocando como o individualismo tende a atribuir tudo a si (o sucesso e o fracasso), além de enfraquecer os laços sociais e catapultar problemáticas sociopolíticas para o plano individual. Apoiado em Marcuse (1973/2015), o autor mostra como vários fatores confluem para a dessublimação e para as economias pulsionais. O autor argumenta que o individualismo é o mesmo fio condutor que adocece o sujeito e que é evocado para oferecer formas de cura. Não só a psicologização e a medicalização são oferecidas como tratamento, mas a identidade do empreendedor também flamula como um modelo de felicidade, independência e liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Subjetividade; Psicologização; Empreendedorismo; Dessublimação.

Modernidade e pós-modernidade

O humanismo renascentista fez emergir o sujeito moderno: racional, autônomo (autônomo, autodeterminado e não heterônomo), agente e responsável deliberativo de seus atos. É nesse cenário que ocorre a “irrupção do indivíduo” (Renaut, 1998) clamante por liberdade e democracia, além de refratário às tradições do *Ancien Régime* (monarquias).

¹ Hilda Del Nero Bisquolo, 102 - Jardim Flórida, Jundiaí - SP, Sala 1011- CEP: 13208-703 - Telefone: (11) 99595-0191 E-mail: contato@psiquiatria.jundiai.com.br - Psiquiatra e membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP)

Um marco do nascimento do sujeito moderno costuma ser as concepções de Descarte, pois, no “penso, logo existo”, reúnem-se elementos que explicariam as alterações subjetivas nascentes: deslocamento dos referenciais de certeza da existência do meio exterior – cultura, tradição, Deus, religião – para o “interior”, ao pensamento. Ou seja, o sujeito se determina por suas próprias referências. Evidentemente, esse deslocamento traz repercussões ideológicas e políticas, já que os referenciais, não sendo dados pelo exterior, este passa a perder poder de influência.

Esse autorreferenciamento – narcísico, poderíamos dizer – não seria inócuo. Na verdade, trouxe as mais complexas repercussões nas mais amplas ramificações que compõem a subjetividade.

As transformações intensificaram inúmeras tensões entre o sujeito e o *corps socialis*, ou mesmo impasses no próprio sujeito.

Por exemplo, a intensificação do individualismo demanda que o sujeito ganhe mais e mais expressividade, impulsionando o sujeito a contar sua história, tomar o palco, exigir mais espaço e, conseqüentemente, mais direitos e liberdades. Ocorre que tais reivindicações, invariavelmente, chocar-se-ão com as demandas do sujeito ao lado, que também quer seu espaço e liberdades.

Nesse sentido, o “esvaziamento do espaço público” derivaria da “crise de Eros”, ou da “corrosão do caráter”. Outros ingredientes engrossaram a “sopa de letras” que tentam traduzir as transformações advindas da era moderna, como “cultura do narcisismo”, “sociedade do espetáculo”, “sociedade das especializações”, “modernidade líquida” etc.

Na busca por bordões que possam elucidar os enigmas da modernidade, até o livro de quase quinhentos anos de Étienne de La Boétie (1576/2022) voltou a circular nos debates sobre pós-modernidade, talvez mais pelo seu autoexplicativo título *Discurso da servidão voluntária* do que pelo conteúdo do livro, que não se refere, obviamente, a nenhuma questão da pós-modernidade, mas aborda, sim, a tendência de certos povos a se submeterem, por “costume” – sem a esperada revolta – a governantes: povos que nascem servos e são criados como tais.

É curioso que as discussões sobre a liberdade não são novas; no entanto, é inegável que, da modernidade para cá, o tema se tornou central, como se o sujeito requeresse mais liberdade, mas, paradoxalmente, se afogasse nela.

Os novos arranjos subjetivos pós-modernos carregam em si várias contradições, que são manifestadas nas novas formas de sofrimento psíquico. Este também se tornou mais individualista, bem como suas formas hegemônicas de abordagem e cura.

A narrativa auto-ontogênese leva o sujeito a atribuir somente para si os louros das conquistas, mas também o responsabiliza integralmente pelos seus fracassos, dificultando que estes possam ser partilhados. Conjectura-se, assim, um solo fértil um solo fértil para culpas, imputações extremas e, claro, o esgotamento do caldo social.

Podemos chamar de patologias sociais aquelas em que os sintomas e o sofrimento são veiculados coletivamente, bem como suas formas de tratamento.

É aqui que o ciclo se fecha, já que as formas de alívio buscadas para o sofrimento na atualidade também estão no âmbito individual. Busca-se um psicólogo ou um médico, e o que se põe em marcha, não raro, é a psicologização e a medicalização, inclusive com terapêuticas que surfam nas ondas da atualidade e que oferecem, inclusive, a gratificação pulsional (“terapias perverso-compatíveis”, na expressão de Dufour, 2013, p. 353)

Até poucas décadas atrás, se alguns assalariados enfrentassem pressões no trabalho e baixos salários, tentavam mitigar sua insatisfação recorrendo aos sindicatos, ou mesmo organizando, com seus pares, alguma greve ou alguma outra reação reivindicatória. As soluções buscavam alguma inserção no coletivo. Hoje, um trabalhador combalido procura individualmente um médico que pode lhe dar um diagnóstico de burnout, prescrever algum medicamento e encaminhá-lo para psicoterapia.

As teorias psicologizantes (em especial aquela adotada por muitos *coaches*) dobra a aposta no individualismo, promovendo uma espécie de renascimento pela via da positividade e da ultrarresponsabilização. Cria-se, portanto, o mito moderno do empreendedor, que alcança tudo por meio dos seus esforços próprios.

A concepção de empreendedorismo, hegemônica no imaginário coletivo atual, une ideais de potência, produtividade e riqueza. Essa autorrealização objetivada vem na esteira da satisfação individualista, que evidencia como se estabelecem pontes, na atualidade, entre um empreendedorismo pessoal-profissional e soluções no campo psíquico, tornando, num só golpe, o sujeito pleno e realizado no trabalho, mas também feliz, confiante, com relações interpessoais saudáveis e psicologicamente estável. No entanto, o que se observa é que a possibilidade de uma materialização desses ideais empreendedoristas mascara os modos de subjetivação por meios sublimatórios.

O trabalho e a família

As transformações a partir do século XVIII na indústria, no consumo, nas relações de trabalho e nas formas de produção impactaram sobremaneira a constituição da família.

O pai, que tinha uma ocupação mais caseira e artesanal, foi intimado para o trabalho fora de casa, nas linhas de produção das indústrias nascentes, deixando o cuidado dos filhos com a mãe ou com empregadas.

Entretanto, a estada materna em casa também não duraria muito. Os ganhos adquiridos pelos movimentos feministas – o voto, a liberdade sobre seu corpo, à sexualidade, a “libertação” pela pílula anticoncepcional, o direito de ocupar postos de trabalho anteriormente só ocupados por homens etc. – também desafixaram a mulher do lar.

A maternagem sofreu um processo de terceirização, inflando as responsabilidades da escola, que passou a não só transmitir conhecimentos curriculares, mas também a incorporar novas matérias de cunho moral, “preparatórias para vida”, na esteira de um discurso palatável e oportunista de complemento da socialização.

Obviamente, o mercado de escolas captou tais demandas e vem paramentando seu quadro com psicólogos para oferecer algum alento às ansiedades dos pais que não conseguiam exercer a contento o cuidado de seus filhos. A queda do patriarcado acelerou-se com a vacância da figura paterna dentro de casa.

Menos pai resulta em mais mãe ansiosa e insegura no trato com seus filhos, menos transmissão da tradição transgeracional e, consequentemente, perda de uma historicidade pessoal².

Passada a primeira fase pós-revolução Industrial, das Indústrias pesadas, a alienação do trabalho e a burocratização foram se intensificando à medida em que o senso de continuidade e a perspectiva de futuro foram se esvaindo. Assim o “culto do presente”, ensina-nos Lasch (1984/1979), funciona como uma moldura suspensa no tempo para enquadrar as selfies da cultura do narcisismo. Na verdade, o que se evidencia é a ruptura com a tradição, uma espécie de vanguardismo canibal que está em curso.

A figura do Pai, no sentido que estamos tomando aqui, define uma estrutura que verticaliza o laço social, ao passo que a dissolução do patriarcado facilita uma horizontalização das relações. Desta forma, os desníveis entre as classes tornaram-se menos nítidos. No campo do trabalho, houve uma miscigenação, outrora colocada nos seguintes termos: “o aburguesamento do proletariado ou proletarização da burguesia”.

² Hoje em dia, o *presente* — a venda de “experiências” gastronômicas, de viagens, shows etc. — é posto na vitrine para homens desmemoriados.

Independentemente das causas, a ilusão de que não existem classes distintas e, por conseguinte, que não existe exploração, serve a um conservadorismo, favorável aos mais fortes e mais ricos. Ao dissuadir a consciência de classe, as lutas por justiça social e mudanças perdem fôlego e legitimidade.

Além disso, nas últimas décadas, a luta entre classes foi camuflada pelo espetáculo (Debord, 1967/1997), em narrativas imagéticas, luminosas e até conflitantes, que acalentam o ímpeto da revolta.

Com a dissolução do patriarcado, emergiu um “matriarcado americano”³, incentivando o consumo que promete a instantânea satisfação pulsional. Na prática, é a comercialização dos vazios existenciais e outras sensações desagradáveis, que devem ser obliteradas com a aquisição de *gadgets*.

O sujeito, então, vê-se sem pai, como nos moldes antigos, que lhe proporcionava alguma segurança, ao vislumbrar um futuro a partir das tradições familiares.

Na verdade, há uma verdadeira ojeriza à tradição, um desrespeito pela autoridade e o gosto pelo novo. “Qualquer estudioso do século XVIII está fadado a observar que, perto do fim do século, as crenças de dois milênios estavam, se não destruídas, ao menos questionadas numa escala cada vez mais ampla; e que muitas estavam solapadas”. (Berlin, 2005, p279)

Nunca se desconheceu tanto a história e os autores clássicos, e nunca as tradições foram tão contestadas, num desejo de surgimento sempre de algo novo. A aposta é toda na inovação, que, com a conhecida “obsolescência programada”, pressupõe uma cadeia consumista que só valoriza o porvir.

Jogado no mercado de trabalho, com leis cada vez mais liberais⁴, que lhe dão menos direitos, garantias e perspectivas de aposentadoria, o sujeito se vê mais oprimido e inseguro. Segue-se a isso a corrosão de seus ganhos pelo aumento inflacionário, a perda de direitos de saúde⁵, a cobrança para obter sucesso e satisfação no emprego, tudo devidamente organizado numa fachada de felicidade nas redes sociais.

³ Dufour (2008) situa a origem de uma “perversão ordinária” (termo de Jean-Pierre Lebrun) na América, por lá se consubstanciar a sua caricatura, com destrutividade do vínculo social, da relação com o outro e com o meio ambiente) posto a serviço dos negócios. Dufour compara a idolatria do Mercado, que sustenta a ideologia do sonho americano do *self-made-man*, com a religião da Mãe, que oscila entre uma boa mãe (que garante o provimento) e uma mãe arcaica (fusionante e dominadora).

⁴ A chamada flexibilização das relações trabalhistas, apontadas por exemplo por Beck (2010/1986) e Sennett (2009/1998-99), acompanha a precarização das relações trabalhistas, cujos modelos atuais de pejetização e uberização são bons exemplos.

⁵ Como mostram Mendes & Carnut (2021), há uma paulatina retirada de financiamento do SUS, ano após ano, mesmo com a pandemia. No cenário privado, os convênios, cada vez mais, são de capital aberto, recebendo recursos de investidores. Assim, há-de se fazer cada vez mais com menos dinheiro, massacrando os profissionais da saúde, oferecendo serviços cada vez mais sem qualidade aos pacientes em prol da rentabilidade dos investidores.

O neoliberalismo

O marco da chamada pós-modernidade é o fim da Segunda Guerra mundial, quando vários pensadores começaram a notar que estava ocorrendo um certo empobrecimento subjetivo no ser humano.

Apesar das diferentes formas de abordagem, sejam eles filósofos, psicanalistas ou historiadores, tais pensadores, surpreendentemente, confluíam nos seus achados no que se refere às modificações na subjetividade. Todos descreveram, guardadas as diferenças de nomenclatura e conceitualizações, uma desidratação mental, um declínio das capacidades imaginativas e da intelectualização.

É como se estivesse em marcha uma mudança do espírito, com uma tendência à passividade, à submissão e à indisposição à rebeldia. E culmina que o sujeito hoje não quer saber de conflitos. Na verdade, sua luta é negar que existam rivalidades e impasses, desejando um aplainamento das desigualdades.

A figura do *Homo zappiens*⁶ – que troca de tela trinta vezes por minuto, alheio ao seu entorno, autômato, numa obediência cega aos algoritmos da big data – representa o inquilino de nossos tempos. É como se fosse uma marionete controlada por fios que lhe são invisíveis.

Dessa forma, o que habita a carcaça do homem contemporâneo são subjetividades frágeis, inconsistentes e moldáveis.

O curioso é que essa mesma vacuidade psíquica se tornou, ela própria, um espaço a ser ocupado por identidades prontas para vestir (*prêt-à-porter*).

O homem pós-moderno tem as mesmas características desde 1945? Ou o homem dos últimos 30 ou 40 anos já é muito diferente do sujeito pós-Segunda Guerra?

Parece, na verdade, que os aspectos (consumismo, imediatismo, individualismo) já em curso sofreram uma intensificação com a onda neoliberal a partir da década de 1980. Essa onda cresceu ainda mais, e hoje utilizamos o prefixo intensificador “ultraneoliberal”.

Em linhas gerais, o marco teórico do neoliberalismo que costuma ser adotado é a queda do Muro de Berlin, decretando a vitória do Capitalismo sobre o Socialismo, que se colocava como um contraponto ideológico. A partir de então, o capitalismo reina absoluto, sem adversários.

⁶ Termo surgido na década de 1990 para ilustrar a influência que a televisão exercia na atenção humana. A primeira referência que tivemos da expressão é Bulloch, A. et al (1998), seguido de René Blind, R. & Michael Pool, M. (2000). A partir dos anos 2000, o termo ganhou conotação mais digital, com as contribuições pioneiras de Dufour, D.- R. (2005/2003) e Veen, W & Vrakking, B. (2009/2006).

Outro marco histórico de início do neoliberalismo é o Consenso de Washington, que reuniu o FMI, o Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos EUA. Embora tal reunião não tivesse caráter deliberativo, influenciou muito na cartilha que as instituições com poder econômico pregavam aos países mais pobres. As diretrizes foram maior liberdade econômica, menos regulação, privatizações etc. O resultado todos conhecemos: endividamento dos países emergentes, perda de autonomia dos governos e concentração de renda.

Depois de 1989, sem restrições, o Capital navega livre na pólis. Neoliberalismo é mais que um regime econômico: é uma estrutura ideológica convincente e aprisionadora. É uma nova religião, que promete a salvação e não exige mais repressão das paixões como faziam as religiões antigas. Eis como a economia de mercado incide sobre a economia psíquica, simbólica e dos laços sociais.

A nova seleção natural

Há 100 anos, era comum uma pessoa iniciar numa empresa aos 18 anos de idade e se aposentar na mesma empresa, com menos de 50 anos, numa posição mais confortável, com algum plano de carreira, o que proporcionava certa previsibilidade na vida do sujeito, assim como na dos seus descendentes, que ocupariam e se identificariam com essas figuras “estáveis”.

O neurótico obsessivo era o protótipo do ser bem adaptado na era da indústria pesada dos primórdios do capitalismo, quando o curso da carreira delineava um projeto existencial e servia de alicerce para a construção da identidade do cidadão-trabalhador.

Desde a década de 1960, alguns pensadores começaram a descrever manifestações no comportamento humano que seriam consequências da crescente sociedade de consumo, impactada pelos meios de comunicação de massa e as modificações nas organizações do trabalho.

Em 1978, McDougall descreveu como “Normapata”⁷ aquele sujeito comandado pelo pensamento operatório, hiperadaptado à realidade exterior, com pouco contato com sua vida subjetiva, apresentando muita dificuldade de falar de sua intimidade (“analisando-robôs”) ou propriamente evitando a própria intimidade (“antianalisandos”). Ferraz descreve assim o normopata:

⁷ *Em defesa de uma certa anormalidade* (1978/1991) é um livro essencialmente clínico. A autora não faz hipóteses etiológicas sociopolíticas do normopata.

Empobrecimento ou, até mesmo, a supressão da vida fantasmática, seja pela via do sonho, seja pela via do fantasiar. Do mesmo modo, o mundo interno encontra-se desinvestido; o sujeito pouco ou nada se refere a ele, demonstra baixa capacidade de introspecção e seu discurso refere-se quase que exclusivamente a objetos concretos do mundo exterior... ocorre uma cisão entre a realidade interna e a realidade externa, a primeira sendo suprimida e a segunda sobre investida de modo compensatório. O sujeito perde o contato consigo mesmo, passando a funcionar à moda de um robô. (Ferraz, 2002, p. 48)

Em 1980, voltado a entender a psicopatologia do trabalho e as implicações no sujeito, Dejour constatou também a invasão da vida fantasmática do sujeito⁸: “Nós propomos a seguinte hipótese: a organização do trabalho e, em particular, sua caricatura no sistema taylorista e na produção por peças é capaz de neutralizar completamente a vida mental durante o trabalho.” (Dejour, 1980/1992).

A percepção destes diferentes autores, com distintas abordagens – ao estudar as transformações culturais, clínicas, trabalhistas ou do próprio período de descanso e lazer – converge para ele: o esvaziamento da vida fantasmática do sujeito.

Percorrem-se, portanto, trilhos que passam por estações de narcisismos, esvaziamento da vida fantasmática, individualismo, e, atualmente, o trem encontra-se num túnel que fomenta a perversão, dadas as inúmeras tendências de gratificação pulsional (“goze!”), a apologia à indiscriminação (“somos todos iguais”), o ódio às tradições, objetificação do outro como instrumento de satisfação e dificuldade de os pais se colocarem numa posição de exceção, segundo Lebrun (2008). Ora, se esse trem hipotético se encontra na estação da perversão, sabe-se que, do ponto de vista psicopatológico, essa é a última “barreira” antes da psicose.

Dufour (2013) e Lebrun (2008), por exemplo, defendem que as tendências atuais favorecem o aparecimento de funcionamentos perversos; ou seja, a defesa em que se fundamentam é a de negação. A posição do Pai, esvaziada, não conseguiria impor um limite à busca incessante de um gozo; a busca, na verdade, de um objeto perdido (das Ding).

E, sem esse limite, o sujeito acredita poder encontrar o que lhe falta num gozo desenfreado. O sujeito constituído no entorno da falta, castrado pela metáfora paterna, barrado para o gozo infinito, parece não ser mais a regra na atual conjuntura.

⁸ Se as imagens fantasísticas não são formadas dentro do paciente, há, no entanto, uma oferta incessante de imagens na pós-modernidade. Até as imagens que o sujeito tem de si mesmo são dadas para se confeccionar uma colcha de retalhos da psicologização, que põe o sujeito a acreditar em entidades metapsicológicas como outrora acreditava em monstros e super-heróis. Obviamente, tal racionalização pode fomentar a coisificação ou reificação.

Para nomear esse novo sujeito, sem enquadrá-lo nos perfis tradicionais (neurose, psicose e perversão), Melman (2003) recorreu à expressão “nova economia psíquica” (NEP), no intuito de apreender os fenômenos do comportamento contemporâneo.

Nesse sentido, a ideologia neoliberal contribui para a constituição de estruturas perversas? Ou o caldo em que as pessoas estão imersas não interferiria em nível estrutural, mas em manifestações sintomáticas? Então, seriam atitudes perversas perpetradas por neuróticos – que apaziguaram seus superegos para sentir menos culpa diante do gozo –, estando mais à vontade para gozar, quando o meio (ou o Outro) os estimula?

O que postula Melman (2003) é que não se trata de estruturas clássicas perversas ou eventualmente psicóticas (no sentido do sujeito não barrado, com recalque bem estabelecido pela metáfora paterna). Trata-se de reconhecer uma nova economia psíquica (NEP), diferente do que já foi postulado por teorias psicanalíticas prévias.

Um excerto clínico pode ilustrar essas novas tendências apontadas. Um paciente de pouco menos de 40 anos me procura devido a um “déficit de atenção” (autodiagnosticado). Na primeira consulta chega com mais de 30 minutos atrasado devido a um “imprevisto no trabalho”. Inicia uma descrição de sua vida operacionalmente.

Relata importante ganho de peso, insatisfação no trabalho – fazia uma função X, abandonou o emprego para empreender; não deu certo e agora retorna a um outro emprego com uma função Y – e conflitos conjugais, pois sua esposa queria ter filhos, e ele, não. O que mais chama a atenção é que não emerge durante a consulta a voz de um sujeito desejante, que parece soterrado por sintomas e demandas concretas.

Minha ação foi, sem chance de romper tais verdades de seu discurso, prescrever antidepressivo e estabilizador do humor.

Dias depois, a consulta “continua” por Whatsapp, pois quer trocar o antidepressivo por um estimulante chamado Venvanse (“vivanse”, escreve ele na mensagem): “Tomei o vivanse de um amigo meu por uns dias. Muito bom. Dá um ânimo. Produzo bem. Acordo feliz. Animado. Consegue mudar minha receita por favor?”.

Chamei-o para conversar pessoalmente devido às dúvidas que iam surgindo. Um dia antes da consulta, fez mais uma solicitação: “Pode ser metade do tempo?”.

As reivindicações se amontoaram e ele não veio nem na metade do tempo. Não pude nem sequer esboçar qualquer indício de posicionamento acerca do desejo desse sujeito.

Uma questão que Melman (2003) sustenta é a inexistência de um inconsciente estruturado pelo recalque tal qual conhecemos classicamente:

Lidaremos, de certo modo, com um inconsciente que não terá mais interlocutor. Não haverá mais nem vontade de se fazer reconhecer, nem enunciação a título do sujeito. Teremos um singular, um estranho retorno ao que era a situação pré-cartesiana de antes da aparição do “eu [je]” do cogito. Haverá vozes das profundezas, vozes diabólicas que o sujeito não reconhece como suas. (Melman, 2003, p. 124)

O sujeito operaria no Real e este o influenciaria diretamente, tal como os pacientes psicóticos descritos por Clèrambault (ilustre professor de Lacan). O sujeito estaria sob delírios de influência, descritos fenomenologicamente como automatismos mentais. Assim se assemelham às pessoas com fone de ouvido, falando sozinhas, sob efeito de propagandas selecionadas pela big data, hipnotizadas pelas telas, despregadas de uma tradição que proporcionava certa historicidade e certa referência para seus destinos. Funcionam agora como brinquedos de modas com demandas inventadas.

Voltando para a vinheta, o ato falho “vivanse” mostra um inconsciente, porém com uma atuação muito explícita, o que torna a abordagem analítica, que visa alguma sublimação, pouco crível por parte do paciente. É como se a linguagem tivesse o único objetivo de transmitir informações, tais como os manuais de instrução, e os lapsos, os erros de grafia e os chistes – que nos permitem entrever o sujeito por um instante – não significassem nada. O sujeito fica, portanto, eclipsado.

O sujeito da atualidade experimentaria uma percepção da própria inconsistência⁹, dada a dificuldade de se situar num lugar/espaco/função na vida pessoal ou profissional¹⁰. Sua existência está marcada por um movimento errático, browniano, sem a ancoragem de um recalque bem estruturado. Dessa forma, os pedidos “secos” do paciente por mais medicamentos e menos laço social (comigo, com ele mesmo, com a esposa e um possível filho) mostram a sua inconsistência. Ele situa, pois, no Real a sua falta, desidratando o Simbólico.

A consulta que continua via Whatsapp, evidencia o borramento de limites temporais ou espaciais de um sujeito diluído, etéreo, poroso, mas cheio de reivindicações.

⁹ Lebrun (2008) analisa como o discurso da igualdade entre os sexos, o desfalecimento hierárquico transgeracional e a recusa da subtração do gozo força o sujeito a ocupar uma posição de inconsistência (em relação a um alicerce de filiação e identificatório) e completude (em relação ao seu desejo). Assim, o sujeito hoje figura-se no “maior abandonado”, solto no mundo, órfão de um passado que o cancelava; angustiado, iludindo seus desejos com a sensorialidade. Sem pais para prestar contas e com o mundo a lhe oferecer benesses, o sujeito não tem mais dívidas com seus ancestrais. Na verdade, são os pais pós-modernos os devedores, que suplicam pelo amor de seus filhos.

¹⁰ A oscilação da vida profissional do paciente remete-nos às observações de Beck (2010) acerca da generalização de formas plurais e flexíveis de subemprego, bem como suas incertezas, riscos e precarização.

Chamar-se-iam de demandas se tais reivindicações fossem endereçadas para um Outro, formando assim algum tipo de laço social, mas não parece ser o caso, já que o outro serve unicamente para atendê-lo.

Outro aspecto ilustrado com essa vinheta é o fato de o analista ser solenemente destronado do lugar de sujeito do suposto saber. O paciente sabe seu diagnóstico, sabe como resolver seu problema, ele mesmo escolhe seus medicamentos; e o laço social que estabelece, se não é repellido, é um mero fio condutor em direção à sua satisfação.

Dessa maneira, a transferência¹¹ não se apresenta, e a atitude analítica fica praticamente impossibilitada. Portanto, seria possível uma análise sem transferência? Essa pergunta é realizada no livro *O homem sem gravidade* (2003), no contexto em que Melman ilustra suas reflexões com exemplos da sua clínica, trazendo pacientes com “uma transferência real demais” (p. 146) e para cujas demandas endereçadas ao analista eram esperadas realizações no plano concreto.

Subjetividade no neoliberalismo: Dessubjetivação

Se as conjunturas socioeconômicas até o fim da década de 1970 beneficiavam estruturas narcisistas, encorajavam-nas e até lhes reservavam um pódio, a progressão para tempos neoliberais agregou a facilitação a dinamismos perversos, com a objetificação das relações – não gostou, deleta! –, o enfraquecimento dos laços sociais e maior exploração da sensualidade, tudo às custas de um depauperamento subjetivo.

Na trilha da dessubjetivação, imagens estéticas perfeitas dão sustentação a identidades débeis, como propôs Debord (1997), mas não é apenas o desbunde imagético que orienta os sujeitos neoliberais. Há também a premência a quantificação, tendência a valorar tudo que existe (seres vivos ou inanimados) em moedas tangíveis e unificadas: número de seguidores, likes, views, compartilhamentos etc. A quantificação puramente numérica¹² exclui a multidimensionalidade.

¹¹ Sobre este tema ver Lacan (1985) *Livro 11 Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, especialmente o capítulo 18.

¹² A obsessão pela objetividade também se manifesta na linguagem, seja na preferência atual por siglas, abreviações, condensamentos entre sujeito e seu predicado, o uso de hífen que funde significados, consumo apenas de títulos de notícias, slogans comerciais e políticos, num imperativo acéfalo à ação. Invariavelmente, a pregnância simbólica e poética da palavra é atacada, restando o esqueleto seco de uma linguagem utilitarista radical de contratos e documentos que alimentam as máquinas burocráticas. A Palavra passa fome em tempos neoliberais. É maltratada, excluída e morta a sangue frio. O poder sedutor imediato das imagens solapou a palavra. O Instagram e o TikTok captaram bem essa tendência e lucram com isso.

Dessa forma, o homem unidimensional força o nivelamento de polos muitas vezes inconciliáveis, favorece o achatamento de extremos em prol da “Consciência Feliz” e do “conformismo”, tal como um repúdio à revolta, ou um clamor ao *status quo* (exploratório) neoliberal que, no fundo, promete a satisfação imediata, não mediada, atípica da sublimação. A pulsão torna-se mais sexual e menos erótica, mais genital e menos lírica.

Numa palavra: pornográfica. Além disso, os apelos consumistas e as tecnociências atuam limitando o escopo da sublimação e, conseqüentemente, desidratando as possibilidades de manifestação das subjetividades. “Realização é destruição”, é precisamente neste ponto que Marcuse (1973/2015, p.101) argumenta que a dessublimação aproxima complexos subjetivos distintos, unifica condutas e massifica.

A dessublimação institucionalizada parece, assim, ser um aspecto da “conquista da transcendência” conseguida pela sociedade unidimensional. Assim como essa sociedade tende a reduzir e até a absorver a oposição (a diferença qualitativa!) no âmbito da política e da cultura superior, também tende a fazê-lo na esfera instintiva. O resultado é a atrofia dos órgãos mentais, impedindo-os de perceber as contradições e alternativas e, na única dimensão restante da racionalidade tecnológica, prevalece a Consciência Feliz. (Marcuse, 1973, p. 88)

Para unir os polos contraditórios nessas gramáticas simplistas, usam-se, do ponto de vista psicanalítico, defesas do feitio da denegação: “eu sei, mas...”. Obviamente, o equilíbrio entre polaridades opostas, numa formação de compromisso, por assim dizer, manifesta-se num regime entrópico da economia libidinal.

Assim, o menor nível possível de energia entre as esferas conflitantes em prol de uma posição identitária frankensteiniana, fixada num gozo, complexo de ser entendido. Ao mesmo tempo, tal fixação oferece ao sujeito um pertencimento a um estereótipo, uma aceitação, além de uma chancela ao seu individualismo libidinal. Trata-se de um arranjo cimentado sobretudo pelo gozo fálico (identificatório).

Talvez o disfarce mais adaptado aos tempos atuais, que abarca a ambição individual (pulsional) e a posiciona como propulsora do desenvolvimento social, seja a ideologia que se convencionou chamar de “eu-empresa”. Aqui, o campo é vasto para o galope do individualismo. Lucro, sucesso, riqueza, marketing pessoal – do campo do empreendedorismo – são linkados despidoradamente ao campo da psicologização.

O ideal empreendedor consegue incorporar valores individualistas neoliberais como liberdade, autonomia, esperança de riqueza e fama.

O sujeito sobressair-se-ia do caldo social, pelos próprios esforços. Ouvi de um motorista de aplicativo que vivia na Argentina, fugido da autocracia de Nicolás Maduro da Venezuela, que “o funcionário trabalha para obter um salário, enquanto o empreendedor trabalha para fazer crescer seu negócio”. Definição precisa e atrativa vinda justamente de uma vítima da uberização, que resulta de um complexo jogo de poder político-econômico, pendendo a balança para a precarização e flexibilização do trabalho.

O empreendedorismo se alimenta do sonho de crescimento e destaque. Não apaga, pois, a chama de uma singularidade, mas a coloca em cenários ilusórios. Também lembramos do excerto clínico: o paciente, desconsolado com a vida, buscou empreender, tal como se muda de avatar num videogame.

Não deu certo, retornou a um outro emprego e agora pede a prescrição de estimulantes que lhe faça suplência a uma potência perdida. Sim, trata-se de um vazio identificatório, sobretudo porque o disfarce fálico já está esgarçado, e não se encontra outra indumentária possível. O empreendedorismo se oferece como um ideal identitário fálico, investido de potência, sobredeterminação, ativo e descolado da desgraça mundana. “Não existe sorte, existe esforço e competência”; ou “a sorte ocorre quando a preparação encontra a oportunidade”.

O Destino perde sua força diante de um sujeito agente (agency) e dominante. Com o empreendedorismo contemporâneo, até Freud é contradito: o eu é senhor em sua própria morada!

Quando a subjetividade falha em sua apresentação, seja pela debilidade identificatória ou pela dessubjetivação, não há vácuo: a figura do empreendedor pode ser implantada como uma subjetividade protética.

Referências

- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade* (Trabalho original publicado em 1986). Editora 34.
- Berlin, I. (2005). *A força das ideias*. Companhia das Letras
- Bulloch, A. et al (1998) *Homo Zappiens Zappiens*. Pu Rennes
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Contraponto
- Dejours, C. (1992) *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez: Oboré. (Trabalho original publicado em 1980)
- Dufour, D.- R. (2005). *O homo zappiens na escola: a negação da diferença geracional. Em A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal* (Trabalho original publicado em 2003). Companhia de Freud.
- Dufour, D.- R. (2013). *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Civilização Brasileira.
- Ferraz, F. C. (2002). *Normopatia: sobreadaptação e pseudonormalidade*. Casa do Psicólogo.
- La Boétie, E. (2022). *Discurso da servidão voluntária*. Instituto Rothbard (Trabalho original publicado em 1576)
- Lacan, J. (1988). O seminário, Livro 11: *Os quatro conceitos da psicanálise*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1963-1964)
- Lasch, C. (1984). *A cultura do narcisismo*. Imago. (Trabalho original publicado em 1979)
- Lebrun, J.- P. (2008). *A perversão comum: viver juntos sem outro*. Campo Matêmico.
- Marcuse, H. (1973). *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. Zahar.
- McDougall, J. (1991). *Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica*. Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1978)

Melman, C. (2003). *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Companhia de Freud.

Renaut, A. (1998). *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. DIFEL

René Blind, R. & Michael Pool, M. (2000). *Eduquer l'homo zappiens: l'enfant et la télévision*. Jouvence

Veen, W & Vrakking, B. (2009). *Homo Zappiens: educando na era digital*. Artmed. (Trabalho publicado originalmente em 2006)